

***Antropologia como vocação:
uma homenagem a Clifford Geertz
(1926-2006)***

Poucos autores tiveram tanta importância na história da antropologia e tamanha influência em outras disciplinas quanto Clifford Geertz. Sua extensa obra, marcada por um estilo eloqüente e irônico, tornou-se conhecida mundialmente e inspirou trabalhos sobre os temas mais variados. Sua coletânea de ensaios *A interpretação das culturas*, de 1973, de longe seu livro mais difundido, afirmou a importância central do conceito de cultura para a compreensão da atividade social humana.

Geertz nasceu em São Francisco, Califórnia, em 23 de agosto de 1926 e morreu em Princeton em 30 de outubro de 2006. Serviu na Marinha americana durante a Segunda Guerra Mundial e estudou filosofia antes de obter seu doutorado em Antropologia por Harvard, em 1956. Lecionou em importantes univer-

sidades americanas – MIT, Harvard, California at Berkeley e Chicago – antes de tornar-se, em 1970, membro permanente da School of Social Science do Institute for Advanced Study da Universidade de Princeton, tornando-se sua principal liderança intelectual por mais de três décadas.

Nesse período, intercalou atividades docentes com prolongados períodos de pesquisa de campo na Indonésia e no Marrocos. Ao contrário das sociedades tribais de pequena escala estudadas pela maioria dos antropólogos na primeira metade do século XX, Geertz pesquisou duas sociedades complexas de larga escala, com profusão de registros históricos, governos longamente estabelecidos e grande heterogeneidade cultural.

Geertz preocupa-se, acima de tudo, com a construção social dos significados que ordenam a experiência humana, rejeitando a tradição estruturalista que buscava alcançar os “universais” da cultura humana. A busca de universais, para Geertz, nos afasta do mais produtivo da antropologia que é a etnografia e suas “descrições densas”. Através delas é que podemos admitir as limitações de nossa situação particular como observadores e lidar com dados concretos, circunstanciados. Ao mesmo tempo, é a etnografia, inscrita num saber necessariamente local, que possibilita – e exige – a comparação com outras experiências particulares, dessa forma enriquecendo a compreensão. A interpretação, nessa perspectiva, é o resultado sempre inacabado de uma dialética contínua entre o menor dos detalhes e a mais global das estruturas.

Seu estilo de antropologia afasta-se de um ideal científico fundado nas ciências naturais, em busca de leis, optando por uma abordagem humanística, interpretativa e hermenêutica. Rejeita, porém, a dicotomia entre duas culturas – humanidades e ciências – e revela a natureza retórica do mundo acadêmico e de sua produção intelectual.

Seguindo uma longa tradição das ciências sociais, Geertz vê o sentido como algo que surge no contexto de interações sociais concretas – e é, portanto, rigorosamente histórico, moldado no fluxo dos acontecimentos. O antropólogo faz parte desse jogo, sendo um observador sempre situado e parcial. Seu trabalho é produzir “interpretações de interpretações”, narrativas que permitam compreender mentalidades alheias – algo que o escritor e o historiador também buscam, mesmo que por caminhos diferentes. Nesse caminho, o “simbólico” não se opõe ao “real”, pois o real é tão imaginado quanto o imaginário.

O diálogo de Geertz com a história estabeleceu um território de interseções que viria a propiciar uma real redefinição do padrão de interação entre o conhecimento histórico e a teoria antropológica. A lenta, no entanto definitiva inserção da influência geertziana no campo da história se beneficiou de uma série de questões não-resolvidas, colocadas em pauta pelos historiadores mareados pela inconclusiva dialética das temporalidades braudeliana. Desde a publicação

do manifesto de 1958,¹ o olhar dos historiadores se dirigiu avidamente em direção ao campo das ciências sociais em busca de um novo fundamento de cientificidade para a sua disciplina. Fernand Braudel, imerso na ilusão estruturalista do tempo longo (quase imóvel e imutável), propunha, no entanto, um flerte que direcionava a história à sua própria negação, a um conhecimento que priorizava a análise de estruturas presumidamente estáveis, a-históricas, portanto.

Na década que se seguiu ao impacto da formulação das bases estruturalistas da “longa duração”, uma geração inteira de historiadores oscilou entre a busca por uma intensificação do diálogo com a sociologia e a antropologia. Este itinerário interdisciplinar, no entanto, não se distanciava da matriz teórica do estruturalismo e contribuiu, tão somente, para que a história desenvolvesse novos instrumentos metodológicos associados à legitimação de novos objetos e novas fontes para a pesquisa. A consolidação deste paradigma do “faire de l’histoire”² negligenciava a urgente premência de um aprofundamento das reflexões acerca das bases teóricas e epistemológicas do conhecimento histórico. No entanto, através deste portal aberto para o diálogo com a antropologia, a obra fundamental de Geertz seduziu os olhares ávidos por referenciais teóricos que suplantassem o reducionismo do itinerário anteriormente delimitado pelo fluxo das marés do “Mediterrâneo”.

A aproximação de historiadores com a obra de Geertz, que definia a possibilidade de uma “história local”, tornou viável um novo conjunto de reflexões acerca dos fundamentos da oficina de Clio. Podemos perceber que, a partir deste intercâmbio, a disciplina histórica pôde se beneficiar das críticas contundentes aos rígidos modelos teóricos e às grandes explicações gerais, colocando em posição central a problematização dos mecanismos de causalidade em benefício da compreensão dos sentidos construídos pela ação social na perspectiva temporal. Assim, Geertz legou aos historiadores a reiteração da matriz hermenêutica como sustentáculo epistemológico de seu conhecimento. Parafraseando Braudel, em lugar de uma história “sociológica”, a herança de Geertz pode ser sintetizada na busca de uma disciplina que se erigisse a partir da formulação de uma etnografia histórica. O próprio antropólogo norte-americano se incumbiu de assinalar algumas das possíveis trilhas de convergência entre estas formas de conhecimento, podendo se destacar, neste sentido, o estupendo experimento de construção de um conhecimento etnográfico com base na perspectiva diacrônica sintetizado em *Negara – O Estado teatro no século XIX*, publicado em 1980.

A defesa veemente que Geertz faz do relativismo cultural como um procedimento interpretativo – isto é, metodológico, e não como um argumento moral – muitas vezes tem sido equivocadamente considerada a defesa de um suposto “niilismo” antropológico. Numa famosa conferência de 1983, defendeu uma posição “anti anti-relativista” como um antídoto contra o etnocentrismo e o pro-

vincianismo intelectual – o medo da diferença, da diversidade, da estranheza, da descontinuidade, da singularidade.³

Na visão de Geertz, se a antropologia, através de sua perspectiva relativizadora, por um lado perturbou a “paz intelectual geral”, o “comodismo de sermos apenas nós mesmos”, por outro afirmou como missão a tentativa de aproximarmos-nos de nossos “outros”, conversar com eles, tentar compreender nossas diferenças. Isso, concorda Geertz, pode muitas vezes inquietar ou mesmo assustar. Mas, então, por que antropólogos e outros cientistas sociais e historiadores saíram do conforto de seus gabinetes e aventuraram-se pelos sete mares, pelas ruas das cidades ou pelos labirintos da memória de tempos perdidos? “Se quiséssemos verdades caseiras”, conclui Geertz, “deveríamos ter ficado em casa”.⁴

*Celso Castro
Carlos Eduardo Sarmiento*

Notas

1. Trata-se do texto “La longue durée”, publicado inicialmente na revista *Annales*.
2. Referência ao título da coletânea de artigos, organizada por Pierre Nora e Jacques Le Goff, que se tornou a síntese do direcionamento da historiografia francesa nas décadas de 1970 e 1980.
3. Clifford Geertz, *Nova luz sobre a antropologia* (Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2001), cap. 3, “Anti anti-relativismo”.
4. *Idem, ibidem*, p. 67.